

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEIVAP - COMITÊ PARA A INTEGRAÇÃO**
2 **DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – RESENDE, 04 DE NOVEMBRO**
3 **DE 2002.**
4

5 Aos quatro dias do mês de novembro de 2002, nas dependências do auditório do Instituto São José
6 Salesiano, em Resende - RJ, com a presença dos membros Titulares e Suplentes do CEIVAP, conforme
7 lista de presença anexa, foi iniciada a reunião às 14:25 horas, com a seguinte ordem do dia constante da
8 convocação: **1. Discussão e aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária do CEIVAP, de 17/10/02; 2.**
9 **Implementação da Deliberação CEIVAP 08/01 – Cobrança pelo uso da água: Definição dos usos**
10 **insignificantes dos recursos hídricos; Definição da metodologia de cobrança para os demais usos da**
11 **água previstos em lei; Discussão e aprovação do Plano de Recursos Hídricos Inicial; Informe sobre**
12 **o processo de regularização dos usos de recursos hídricos na bacia; 3.Assuntos Gerais.** Dando
13 início aos trabalhos, o Sr. Cláudio Serricchio – Coordenador do Escritório Técnico do CEIVAP, passou à
14 composição de sua mesa diretora, convidando para nela tomar assento as seguintes autoridades: José
15 Mário Dias, Diretor do Instituto São José Salesiano (anfitrião); Eduardo Meohas, Presidente do CEIVAP;
16 Edilson de Paula Andrade, Secretário Executivo do CEIVAP, Dilma Seli Pena Pereira, Diretora da ANA;
17 Willer Pós, Presidente do IGAM; Jefferson Silveira Martins, Presidente da SERLA; Luis Cláudio,
18 Representando os Usuários de Recursos Hídricos, e José Sertã, Presidente do Conselho Estadual de
19 Recursos Hídricos, Representando a ABES nesta reunião. Aberto os trabalhos, o Presidente Meohas
20 lamentou não ter podido participar da última reunião de São José dos Campos, pois esteve recebendo em
21 Resende o agora Vice-Presidente eleito, mas que procurou se inteirar de tudo quanto lá se passou, e
22 parabenizou a todos pelos avanços conseguidos naquela reunião. Falou de sua satisfação de ver as linhas
23 de governo até agora antecipadas pelo Presidente Eleito: combate à pobreza, à miséria e à fome,
24 sinalizando também na redução da exclusão social e do combate ao desemprego, ao priorizar a
25 construção civil e saneamento. Acha que o momento atual é muito importante, e que a na presente reunião
26 seriam tomadas importantes decisões para a bacia do Paraíba do Sul, as quais estão sendo discutidas há
27 muito tempo. Concluiu apresentando as boas vindas aos presentes. Passando a palavra ao Secretário
28 Edilson, este convidou o Srs. Marcos Martinelli, Representante da Secretaria de Agricultura do São
29 Paulo, e Sr. João Rodrigues, Presidente do Conselho de Administração da Associação Pró-Gestão de
30 Recursos Hídricos do Paraíba do Sul. Em seguida, destacou as presenças do Professor Antônio Adolfo
31 Bruno, Presidente do Comitê Guandu, e do Sr. Luiz Carlos Rodrigues, Sub-Secretario de Recursos
32 Hídricos do Estado do Rio de Janeiro. Referiu-se ao contrato firmado entre a ANA e FGV, que deverá
33 ajudar o CEIVAP a montar a Agência, e anunciou o *workshop* que será promovido pela FGV/CEIVAP,
34 no próximo dia 20, em Resende, para discutir os avanços desse trabalho, e aproveitou para convidar a
35 todos para participarem do evento. Recebeu ainda documento do Movimento dos Atingidos por
36 Barragens, solicitando posicionamento do CEIVAP sobre a implantação da Usina de Itaocara, no Paraíba
37 do Sul, e informou que esta remetendo o assunto para análise em câmara Técnica, para levar o assunto
38 posteriormente ao CEIVAP. Informou ainda que no próximo dia 14, às 10:00 horas, haverá palestra no
39 LABHID/COPPE do Prof. Demétrius Christofidis, conselheiro do CNRH, sobre os impactos da cobrança
40 sobre os usuários e propostas relacionadas ao tema. Confirmando a existência de quorum para a reunião,
41 passou ao primeiro item da pauta, a Aprovação da ata da reunião anterior. Consultou o plenário se
42 haveria necessidade de leitura da mesma, ou se poderia passar diretamente aos destaques. Verificado não
43 haver emendas propostas, a ata foi posta em votação, sendo aprovada por unanimidade. Passando ao item
44 2 da pauta, iniciou a análise da proposta de Deliberação CEIVAP Nº 15/2002 de 2002, pedindo para que
45 a mesma fosse projetada em tela. Consultou se deveria ser feita sua leitura ou se se passaria diretamente a
46 destaques. Consultado, o Presidente optou pelos destaques. Com a palavra o Sr. Luis Cláudio, passou à
47 leitura do art. 7º da Deliberação 15, e ao final questionou se o CEIVAP teria poderes para tratar de multa.
48 O Presidente então optou partir do artigo primeiro, e seguir pondo em votação um por um, adiando a
49 discussão que estava sendo levantada. Assim, não havendo destaques para o art. 1º, este foi aprovado. Da
50 mesma forma, foi aprovado o art. 2º, e também o seu Parágrafo único. Iniciada a apreciação do art. 3º, o
51 Sr. Fernando Lima, da LIGHT, defendeu que o mesmo fosse excluído da resolução, argumentando que
52 não haveria amparo legal para a cobrança das PCH's. O Sr. Rodrigo Mello, da ANA, pediu maiores
53 esclarecimentos sobre seu argumento, ao que o Sr. Fernando Lima argumentou que pela lei, e PCH's
54 estão isentas da compensação financeira, pedindo para que constasse em ata a posição da LIGHT,
55 independente da decisão a tomada pelo CEIVAP. O Sr. Rodrigo Mello argumentou que a compensação
56 financeira e a cobrança são coisas distintas, e que a ANA entende ser correto o tratamento dado na
57 deliberação. O Sr. Clayton, da ANEEL, discordou da interpretação da ANA, citou para tanto a lei 9648,
58 reafirmando que a ANEEL tem posicionamento contrário à cobrança dos 0,75% das PCH (tal como
59 definido no § 1º do art. 3º), embora não seja contrária a cobrança pelos demais usos da água na bacia. O

60 Secretário Edilson destacou que a motivação do CEIVAP é de que não haja exceção, de que a cobrança
61 seja estendida a todos os usuários, destacando que o setor das PCH's aceitou esse posicionamento do
62 Colegiado, e concordou com a proposta. O Sr. João Alberto, da CESP, citando a lei nº 7.990, posicionou-
63 se também contrariamente à cobrança das PCH's, e antecipou ter sugestão para alterar o parágrafo 2º do
64 art. 3º, da deliberação. O Presidente Meoas lembrou que a posição do CEIVAP deveria ser política, e
65 colocou em votação a supressão do art. 3º, resultando em 26 votos favoráveis à manutenção do art. 3º da
66 forma proposta, 6 votos contrários e 3 abstenções, ficando o art. 3º aprovado, e também o seu § 1º.
67 Passando ao § 2º do art 3º, o Sr. João Alberto lembrou que a PCH precisa ter reservatório com superfície
68 livre inferior a 3 km², conforme deliberação da ANEEL. O Sr Rodrigo Mello, da ANA, lembrou que a
69 ANEEL pode considerar como PCH reservatórios com áreas que excedam a 3 km², e que apoiaria a
70 proposta com a adaptação do texto da Deliberação ao da deliberação da ANEEL O Sr. Heitor Correia, da
71 LIGHT, informou que nos próximos dias será analisada proposta de resolução da ANEEL, passando o
72 limite de 3 km² para 13 km², e portanto, a Deliberação CEIVAP 15 deveria ser flexível para
73 automaticamente se adaptar ao novo número que seja definido pela ANEEL. O Sr. Francisco Viana, da
74 ANA, falou que não se deveria atrelar a deliberação a esses números, mas se optar por um texto que
75 vincule esse limite ao que vier a ser deliberado pela ANEEL. O Presidente Mehoas sugeriu que o § 2º do
76 art. 3º fosse aprovado, com emenda que de modo a se ajustar à proposta que vier a ser aprovada pela
77 ANEEL. O Sr. Wilson Longo, setor de aquicultura, pediu vênia para retornar ao art. 2º, inciso V, já
78 aprovado, para solicitar que o limite de 0,5% dos custos de produção concedido ao setor agropecuário
79 fosse estendido para os usuários de aquicultura, sendo feita emenda nesse sentido ao Parágrafo único,
80 inciso V, do mesmo artigo. O Presidente Mehoas reiterou que matéria votada não deveria ser
81 reexaminada, mas concordou em por em votação a proposta do Sr. Wilson Longo, a qual foi aprovada
82 pelo plenário. O Presidente então passou a analisar art 4º, Destaque 1 apresentado pela CECNA, que
83 propunha a supressão da expressão “de domínio da União”, do *caput* do artigo. A Sra. Zeila, da
84 Votorantim, colocou que o destaque não procedia, por ser contrária a decisão da câmara técnica, e por
85 isso se posicionava contrariamente à sua aprovação. O Sr. Jorge, Comitê Paulista, também se manifestou
86 contrário ao destaque, argumentando ser a vazão de 1 L/s um limite muito elevado para ser aplicado
87 pelos estados. O Sr. Fernando, da SERLA, posicionou-se favoravelmente ao destaque, dizendo que o fato
88 dos estados serem mais restritivos seria melhor para o sistema. A Sra. Leila Gomes, do DAEE-SP,
89 colocou que a deliberação só poderia dispor sobre rios de domínio da União. O Presidente então colocou
90 em votação o destaque. A grande maioria dos membros se posicionou favoravelmente à manutenção do
91 texto original, sendo o destaque rejeitado. O Secretário Edilson referiu-se a destaque enviado pelo Sr.
92 Martinelli, que não chegou a ser incluído na pauta por tardio, e pediu para ele colocar diretamente sua
93 proposta. O Sr. Martinelli disse que sua proposta procura destacar o usuário-produtor. O Presidente
94 sugeriu então que, como o assunto era novo, sua proposta fosse analisada pelas CT e posteriormente
95 submetida ao plenário, sugestão acatada pelo proponente. Continuando, o Presidente Mehoas passou ao
96 art. 4º, e seu Parágrafo único, e não havendo destaques, foram aprovados como proposto. Da mesma
97 forma, o art. 5º, e seu § 1º, foram aprovados. Em relação § 2º, do art. 5º, o Sr, Coimbra pediu destaque.
98 Referindo-se ao *caput* do art, 5º, o que mereceu desacordo do Presidente por retorno a matéria já votada, o
99 Sr. Coimbra insistiu dizendo que queria destacar que não se deveria esperar um ano para ter início a
100 cobrança no Guandu, achando esse prazo muito elástico, e apelou para que a cobrança no Guandu se
101 inicie antes do prazo limite de um ano. O Presidente Mehoas então dirigiu a palavra ao Presidente do
102 Comitê Guandu. Com a Palavra o Professor Antônio Bruno referiu-se à dificuldade de emitir opinião em
103 nome do colegiado, que ainda não examinara a matéria. Informou que os integrantes de seu comitê estão
104 ansiosos para ter seu Plano de Bacia, e poder iniciar a cobrança, Entretanto, acha o prazo de um ano
105 precipitado, pois o Comitê Guandu tem apenas cinco meses de funcionamento, e só na próxima semana
106 instalarão sua primeira câmara temática. Entretanto, levantou a questão sobre qual seria o Plano de
107 Investimento para o Guandu, anunciado pelo Dr. Kelman, e também, qual o posicionamento do Estado
108 do Rio de Janeiro para a elaboração do Plano da Bacia. Falou ainda que, como representante da Sociedade
109 Civil, esta de acordo com a proposta e espera que haja esse entendimento em todo o colegiado. O
110 Presidente Mehoas referiu-se à importância de se ter uma meta, e que ela deveria ser perseguida
111 obstinadamente. Dra. Dilma Pereira, da ANA, dirigindo-se ao Dr. Bruno, falou que o apoio da ANA à
112 elaboração do Plano de Investimentos continua válido, e mantém a proposta para que esse plano seja
113 iniciado o mais breve possível. Em relação ao § 2º do art. 5º, propôs emenda de modo a que a cobrança só
114 seja interrompida se não for atendido o *caput* ou o § 1º. Com essa emenda, o § 2º foi aprovado.
115 Passando ao art. 6º, e paragrafos 1, 2 e 3, não havendo emendas os mesmos foram aprovados. Passando
116 ao art. 7º, o Sr. Luis Cláudio, recolocou o destaque que fizera no início da reunião, sobre a competência
117 do CEIVAP para estabelecer o instrumento da multa. O Sr. Rodrigo Mello falou que, sem prejuízo a
118 colocação do Sr. Cláudio, teve inicialmente a mesma reação, mas que depois o artigo lhe pareceu legal,

119 pois como cabe ao CEIVAP definir o preço, caberia a ele corrigir os valores a serem cobrados. Referiu-
120 se a decisão do STF, sobre o tributo do fim social, e a definição do Tribunal foi de que, se a União podia
121 instituir o preço, poderia instituir preço diferenciado. O Sr. Cláudio Serricchio, referiu-se ao assunto em
122 termos políticos, mostrando o paralelismo com a taxa de condomínio: que quem atrasa paga mais. O
123 Presidente colocou em votação o texto original, o qual foi aprovado. Passando as art. 8º, e seus
124 parágrafos 1 e 2 não havendo destaques os mesmos foram aprovados. Da mesma forma, o art. 9º,
125 incisos 1, 2 e 3, foram aprovados por unanimidade. O art. 10º também foi aprovado, a assim, o texto
126 integral, com as emendas votadas, foi aprovado por aclamação. Aprovada a Deliberação CEIVAP Nº
127 15/2000, passou-se à apreciação da Deliberação CEIVAP Nº 16/2000. O Presidente Mehoas passou aos
128 destaques do art. 1º, *caput*. O Secretário Edilson defendeu destaque alternativo ao encaminhado ao
129 Escritório Técnico pela Sra. Juliana Koeppel, da FIEMG, que propunha ressalvas à aprovação do Plano,
130 ambos distribuído aos presentes. A Sra. Zeila, em defesa do destaque encaminhado pela Sra. Juliana,
131 argumentou que as “observações de caráter conceitual” a que se refere o destaque constam em ata das
132 câmaras técnicas, daí o sentido da emenda. O Sr. Mario Morais, da FGV, destacou que não concordava
133 com a redação defendida pela Sra. Zeila, posição que foi reforçada pelo Sr. Jander Duarte (ABRH) e Sra.
134 Eunice (ONG). O Sr. Jander Duarte argumentou que o destaque somente seria válido se as alterações
135 feitas na câmara técnica tivessem sido incorporadas ao texto apresentado. A Sra. Zeila, referindo-se ao
136 art. 5º do regimento das câmaras técnicas do CEIVAP, destacou ser competência da mesma enviar
137 sugestões ao CEIVAP. O Sr. Luis Eduardo Correa Lima (Presidente da Câmara Municipal de Caçapava,
138 falou que o texto tinha elementos óbvios, que não importava dizer quantos volumes tinha o plano, como
139 consta do art. 1º, ao que o Presidente Mehoas ponderou que “o que abunda não prejudica”. O Sr.
140 Guimaraes (Federação da Agricultura de São Paulo), apoiou o destaque do Secretário Edilson, mas
141 com a inserção da expressão “a qualquer tempo”, aposta em seguida a palavra CEIVAP. O Secretário
142 Edilson reiterou sua proposta, de que devemos aprovar o plano sem ressalvas, cabendo ao CEIVAP
143 aperfeiçoá-lo a qualquer tempo, acatando o aposto sugerido. O Sr. Jorge (Comitê Paulista) falou que as
144 propostas apresentadas nas câmaras técnicas CT não eram do conhecimento do plenário, e portanto,
145 aprovava a proposta do Secretário Edilson, com o aposto referido. A votação foi iniciada pelo destaque
146 defendido pela Sra. Zeila, que recebeu apenas 3 votos. O destaque do Secretário Edilson, agregando a
147 expressão “a qualquer tempo”, foi aprovado com ampla maioria. Passando ao art. 2º, o Presidente
148 concedeu a palavra à Sra. Zeila que, ao ler o artigo, propôs que a substituição da expressão “deverá ser
149 revisto no prazo de três meses” por “será revisto no prazo de três meses”. O Sr. Rodrigo Melo falou que a
150 redação original apresentada pelo escritório Técnica usava a palavra “será”, a qual fora mudada a seu
151 pedido para “poderá ser”, por entender que há maior fundamento jurídico na sua proposta. Aproveitava
152 ainda para sugerir substituir a termo volume 5 por volume V, na primeira linha do parágrafo 2º. Sr.
153 Hendrick (SAE de Volta Redonda) aparteou para esclarecer essa redação. Posto em votação, venceu a
154 proposta da Sra. Zeila, e o artigo foi aprovado com a redação com a palavra será. Votados os parágrafos
155 1º e 2º do art. 2º, foram aprovados sem emendas. Sendo o art. 3º apenas confirmatório da aprovação, o
156 Presidente Mehoas solicitou que a Deliberação CEIVAP no 16/2002, fosse aprovada por aclamação, o
157 que se verificou. O Sr. Mario Morais (FVG) argumentou que não poderia haver o que chamou de
158 superveniência da Câmara sobre o Plenário. Destacou que a deliberação final cabia sempre ao plenário,
159 que a câmara técnica sugere mas é o plenário quem decide. O Sr. Jander reforçou esse aspecto, e
160 aproveitou para fazer o registro do trabalho desenvolvido pelo Secretário Edilson, que muito se empenhou
161 para que se chegasse ao o avanço ocorrido. O Sr. Marcelo Alvim também elogiou o trabalho do Secretário
162 Edilson, e sugeriu que, tendo em vista a eleição de novos membros para o CEIVAP, que deverá ocorrer
163 em março de 2003, seja feita uma auto-avaliação do trabalho dos membros atuais, para subsidiar seus
164 sucessores. A Sra. Eunice, da OAB, destacou a importância da auto-avaliação proposta, e espera que essa
165 prática se incorpore ao CEIVAP. O Sr. Coimbra estendeu seu cumprimento ao Secretário Edilson a todos
166 os membros do Escritório Técnico, e agradecer ao Presidente Mehoas, e ao Sr. Jander por suas ajudas ao
167 processo. O Sr. José Leomax, do Escritório Técnico, pediu aparte para destacar que todo o Comitê estava
168 de parabéns pelo resultado hoje alcançado, que era fruto do trabalho de todos os seus membros, que ao
169 longo desses anos elaboraram propostas, discutiram o tema em câmaras técnicas e inúmeras reuniões,
170 para se alcançar esse resultado. O Sr. Rodrigo Mello pediu que constasse em ata que o plenário, ao
171 aprovar a Deliberação CEIVAP 15, introduziu em seu art. 4º, a expressão “domínio da União”,
172 modificando a proposta original que atendia ao art. 1º, § 1º - inciso III, da Deliberação CEIVAP Nº 8/01.
173 A Sra. Dilma Pereira destacou o valor do trabalho de todos, e que o resultado hoje alcançado no CEIVAP
174 terá efeito demonstração para todo o Brasil. Referindo-se à Agência de Águas, informou que o CNRH
175 solicitou à ANA parecer técnico sobre o assunto, o qual já foi encaminhado na semana passada. A
176 qualificação para OS já foi solicitada ao Ministério do Planejamento, e acredita que o assunto está bem
177 encaminhado, esperando ter o primeiro decreto qualificando uma OS para exercer as funções de Agência

178 de Águas, ainda no governo atual, em dezembro próximo. Concluindo, falou que esta agendada para o
179 próximo 29 de novembro, reunião do CNRH para apreciar as deliberações hoje aprovadas. Passou a
180 palavra ao Sr. Francisco Viana, Superintendente da ANA, para trazer ao plenário informações sobre a
181 situação atual do processo de regularização de usos, em desenvolvimento. Com a palavra, o Sr. Viana
182 parabenizou a todos pelas deliberações aprovadas, lembrando que o resultado era uma conquista que
183 envolvia todos os presentes e ausentes que com ele contribuíram. Passando ao processo de
184 cadastramento, falou da negociação com os estados para se atingir os objetivos, e apresentou PowerPoint
185 com os resultados até agora alcançados: as ações facilitadores, envolvimento de mídis, treinamento
186 promovido pela ANA, palestras, entrevistas, seminários, estrutura para o disque 0800.644.3001, o portal
187 <http://pbs.ana.gov.br>, e o sistema informatizado para cadastramento. Informou que desde o lançamento
188 do programa em 16 de setembro, cerca de 1200 pessoas já baixaram o *soft*, que já está em sua oitava
189 versão de aperfeiçoamento, e que no momento Aida está sendo aprimorado para atender aos usuários do
190 setor agrícola. Em sua última versão, já se consegue preencher todos os campos em 2 minutos e meio.
191 Sobre a parte de mídia, a Sra. Virginia, do Escritório Técnico, informou que como a mídia de rádio e TV
192 vem sendo cuidada pela ANA, o escritório técnico tem trabalhado com a mídia espontânea, e tem havido
193 resposta muito boa, dispondo de *clip* com cerca de 30 matérias. O Sr. Marcelo Alvim destacou que o
194 setor industrial tem contribuído bastante com o processo, e também as companhias de saneamento e o
195 setor rural, este último com maiores dificuldades para atender ao cadastramento, e aproveitou para
196 solicitar que fosse simplificado o cadastro para o setor rural. Em seguida, o Presidente Mehoas agradeceu
197 a presença do Prefeito de Jacareí, que a seu pedido foi ovacionado pela platéia. O Presidente destacou o
198 empenho de todos, em particular do Secretário Edilson e do Coordenador Cláudio Serricchio, que foram
199 igualmente ovacionados. O Sr. Cláudio Serricchio agradeceu em nome da equipe do escritório técnico
200 que disse estar a equipe “movida pela impaciência construtiva para mover as coisas do Comitê”,
201 parafraseando expressão que atribuiu ao Dr. José Sertã. Destacou a constante busca do CEIVAP por
202 pessoas e agentes institucionais, em busca de apoio para solução dos problemas da bacia. A Sra. Fátima,
203 da CECNA, relatou o avanço do trabalho em andamento do trabalho de regularização de usos, referiu-se a
204 seminário promovido em Volta Redonda, e ao que ocorrerá nos próximos dias em Nova Friburgo, e que
205 as reuniões setoriais estão acontecendo com muito êxito. O Sr , representante de ONG de Minas
206 Gerais, falou que na bacia existem 88 municípios, e têm sido realizados seminários municipais e
207 regionais, havendo um trabalho importante em curso com a mídia local. O Presidente Mehoas lembrou o
208 Dr. Mario Viegas, da FIRJAN, como um grande batalhador pela causa do Paraíba do Sul, informando
209 que sua ausência na reunião se devia a problemas de saúde. O Sr. Willer Pós, Diretor Geral do IGAM,
210 ressaltou a importância das deliberações aprovadas, e que o CEIVAP estava fazendo história com elas,
211 como o primeiro marco do gênero no País. Agradeceu em nome do Estado MG e parabenizou ao
212 CEIVAP pelo resultado. O Sr. Luis Cláudio, da CSN, lembrou a participação intensa nas reuniões de
213 câmara técnica, e reforçou a posição dos usuário industriais e do médio paraíba, que sempre se
214 posicionaram favoravelmente à cobrança dentro de princípios de equanimidade e com o retorno dos
215 recursos para a melhoria da bacia para usuários e a população. O Sr. Jefferson, Presidente da SERLA,
216 destacou que o período em que esteve à frente da SERLA e na representação do Estado do Rio no
217 CEIVAP, sendo esta a última reunião no colegiado nessa condição. Agradeceu o apoio recebido,
218 informou que agora retorna para sua Universidade de origem, onde poderá falar para estudantes com
219 muito mais comprometimento sobre as questões hídricas, e espera poder acompanhar as reuniões do
220 CEIVAP na qualidade de cidadão. Destacou a colaboração dos técnicos da SERLA Fernando e
221 Cláudio Gosling, e que ainda este ano participará de reunião do CERH-RJ que marcará o ciclo de avanços
222 que vem sendo alcançado. O Sr. José Sertã aproveitou para se expressar como representante da Sociedade
223 Civil, ressaltando a importância da participação desse setor, e sua felicidade em ver o CEIVAP
224 implantado sua agência de águas. Disse que já em 1955 participara da derivação das águas do Paraíba
225 para o Guandu, e desejou que a juventude atual e futura seja mais eficaz que a sua geração, que tanto
226 tempo levou para chegar aonde o CEIVAP se encontra hoje, e que possa fazer do Paraíba do Sul algo
227 melhor do que ele está hoje. O Sr. João Rodrigues, agradeceu sua eleição como Presidente do Conselho
228 de Administração da Associação Pró-Gestão de Recursos Hídricos do Paraíba do Sul., e falando ao
229 CEIVAP pela primeira vez com essa responsabilidade, verificava ter havido um avanço importante
230 desde a última reunião do dia 17 passado, pois o que foi deliberado hoje fazia com que a associação
231 ficasse efetivamente constituída, já que sem a cobrança e o plano não podia existir a agência de águas.
232 Disse que a futura agência não terá posicionamento político, e será apenas um braço executivo do
233 CEIVAP, sendo este o seu papel previsto na lei 9.433. Para finalizar, referiu-se ao Sr. Otoni Neiva, Vice-
234 Presidente do CEIVAP, , que muito contribuiu para a aproximação da sociedade civil junto ao CEIVAP.
235 Sendo autorizado o encerramento da reunião, o Secretário Edilson passou a palavra ao Sr. Ivo Brasil,
236 Diretor da ANA, que iniciou informando que no próximo dia 11 será iniciado uma campanha para

237 intensificação do cadastramento na bacia do Paraíba do Sul. Destacou a trabalho desenvolvido em prol da
238 bacia pela Dra. Dilma Pereira e Dr. Jerson Kelman, e que daqui sai hoje uma mensagem para todo o
239 Brasil, e que é merecido que se faça um grande estardalhaço sobre essa conquista, pois a cobrança que se
240 inicia no Paraíba terá importante efeito demonstração para todo o Brasil. O Secretário Edílson destacou o
241 apoio da ANA, CNRH, dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, dos usuários e da
242 sociedade civil, e todos os que contribuíram com discussões sérias visando solucionar os graves
243 problemas do Paraíba do Sul, e que é para atender os que dependem de suas águas que tem trabalhado.
244 Agradeceu a equipe do escritório técnico, também à equipe da COPPE, e lembrou o portal
245 www.ceivap.org.br, que esta em teste,. Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião as
246 17: 30 horas. Eu, Edílson de Paula Andrade, lavrei a presente ata que será lida, discutida e votada, e sendo
247 aprovada, assinada por quem de direito.
248 Resende, 04 de novembro de 2002

249
250

251
252 Edílson de Paula Andrade
253 Secretário Executivo

Eduardo Mehoas
Presidente